



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico-Administrativo em Educação

Edital nº 101/2014

Data: 08 de Junho de 2014

Duração das 9:00 às 13:00 horas

CONTADOR

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01. Antes de iniciar a resolução das questões, verifique se o Caderno de Provas confere com o Cargo da inscrição e se está completo. Qualquer reclamação deverá ser feita nos primeiros 15 (quinze) minutos após o início da prova.
02. Anote, na capa do Caderno de Provas, o seu número de inscrição e o número da sala.
03. Confira os dados do cabeçalho da Folha-Resposta. Havendo necessidade de correção de algum dado (CPF, NOME ou RG), chame o fiscal para anotar a correção. Para marcar a resposta de uma questão, preencha, totalmente, com caneta azul ou preta, apenas a quadrícula correspondente a sua opção. Não use corretivo nem rasure a Folha-Resposta.
04. Durante a realização das provas, será feita a identificação dos candidatos através da verificação do original do documento de identidade e da coleta da assinatura na Ata de Aplicação e na Folha-Resposta, no campo destinado à assinatura.
05. A duração da prova é de 4 (quatro) horas e o tempo mínimo de permanência em sala é de 1 (uma) hora.
06. É aconselhável reservar 30 (trinta) minutos para o preenchimento da Folha-Resposta.
07. O candidato, ao terminar a prova, só poderá sair da sala após entregar o Caderno de Prova e a Folha-Resposta.
08. Os dois últimos candidatos só poderão deixar a sala simultaneamente e deverão assinar a Ata de Aplicação.
09. A desobediência a qualquer dessas determinações e o desrespeito ao pessoal da supervisão, coordenação e fiscalização são faltas que eliminam o candidato do concurso.
10. Será eliminado do Concurso o candidato cujo celular estiver ligado durante a realização das provas.
11. Acompanhe o Calendário de Atividades do Concurso, através do endereço eletrônico <http://www.ccv.ufc.br>.

Coloque, de imediato, o seu número de inscrição e o número de sua sala nos retângulos abaixo.

Inscrição

Sala

A VIOLÊNCIA É UMA DOENÇA CONTAGIOSA

GARY SLUTKIN

é um epidemiologista americano. Professor da Universidade de Illinois, nos EUA, fundou a associação *Cure Violence*, de Chicago.

01 Ao longo da história, nós humanos demoramos muito para entender as epidemias. Não
02 porque não investíamos ou não nos preocupávamos. O problema é que fazíamos o diagnóstico
03 errado. O mesmo acontece hoje com a violência. Se não conseguimos entender suas motivações,
04 não entenderemos suas causas.

05 Depois de uma década combatendo epidemias na África, percebi que os mapas de densidade
06 populacional que ajudam a explicar a disseminação delas no continente eram muito parecidos com
07 os mapas que mediam casos violentos em Nova York e Detroit. Notei então que a violência é uma
08 doença contagiosa assim como a malária, a cólera e a tuberculose.

09 Ela se espalha por meio de brigas de rua, estupros, assassinatos e suicídios. Um tipo de
10 violência provoca outro. É como um ciclo. Se quisermos revertê-lo, temos de atacar o germe antes
11 que se espalhe e se torne uma infecção – e contamine outras pessoas.

12 Em 2000, demos início a um projeto-piloto de contenção da violência em Chicago, no distrito
13 de West Garfield, na época um dos mais violentos dos Estados Unidos. Contratamos interruptores
14 da violência para atuar igual a agentes de saúde diante de casos iniciais de gripe aviária. Eles faziam
15 visitas diárias a líderes de gangues e grupos violentos, além de seus amigos e familiares, e davam
16 conselhos úteis como orientações para empregos.

17 Em um ano, West Garfield viu o número anual de tiroteios cair 67%. Com a expansão da
18 iniciativa para toda a Chicago, o número de assassinatos caiu de 628, em 2000, para 435 em 2010.
19 O sucesso levou nosso programa a ser expandido para outras 15 cidades americanas e outros sete
20 países, incluindo o Iraque.

21 Há algumas semanas, fomos procurados por representantes das prefeituras de Recife e São
22 Paulo, interessados em colocar em prática nosso programa. Nas comunidades violentas do Brasil, os
23 moradores moram muito próximos uns dos outros, o que ajuda a disseminar a criminalidade, mas
24 também facilita a propagação de medidas pacificadoras.

25 Com uma sociedade mobilizada e formadores de opinião bem preparados, podemos curar a
26 violência. Assim, com estratégias pautadas em métodos científicos, quem sabe possamos ser vistos
27 como a geração que encontrou a solução para um problema crônico. Do mesmo modo que os
28 médicos do século 19 fizeram com a cólera ao descobrir que a doença não era produto de sujeira e
29 imoralidade, e sim da atuação de um simples bacilo.

SLUTKIN, Gary. A violência é uma doença contagiosa. In: Novas Ideias. *Galileu*, nº 269, p. 90, Dez-2013.

01. A ideia central e a argumentação do texto se baseiam numa relação de:

- A) tempo.
- B) condição.
- C) finalidade.
- D) contraste.
- E) comparação.

02. Para o autor, a violência no Brasil pode ser “curada” com a:

- A) prisão dos líderes de gangues, seus amigos e familiares.
- B) adoção de estratégias cientificamente fundamentadas.
- C) visita de agentes de saúde às comunidades mais violentas.
- D) atuação de médicos especialistas em doenças contagiosas.
- E) ajuda de outros países nas políticas públicas de segurança.

03. Com relação à demora em entendermos as epidemias, a negação em destaque na frase: “**Não** porque não investíamos ou não nos preocupávamos.” (linhas 01-02), cumpre, no texto, o objetivo de:

- A) expor, ao leitor, algumas causas possíveis para a demora.
- B) isentar o autor de qualquer responsabilidade pela demora.
- C) repartir, com a sociedade em geral, a culpa por essa demora.
- D) contestar, antecipadamente, uma possível acusação de descaso.
- E) apontar responsáveis por erros comuns no diagnóstico das doenças.

04. De acordo com o texto, o fato de, nas comunidades mais violentas do Brasil, os moradores morarem muito próximos uns dos outros:
- A) favorece a propagação da violência.
 - B) ajuda a esconder os líderes de gangues.
 - C) une os moradores contra a criminalidade.
 - D) dificulta as estratégias de promoção da paz.
 - E) prejudica o acesso dos interruptores da violência.
05. Em: “**Ela** se espalha por meio de brigas de rua, estupros, assassinatos e suicídios.” (linha 09), o pronome em destaque faz referência à:
- A) cólera.
 - B) malária.
 - C) violência.
 - D) tuberculose.
 - E) doença contagiosa.
06. A classificação do vocábulo **mesmo** na frase: “O **mesmo** acontece hoje com a violência.” (linha 03) é igual à que ele tem na frase da alternativa:
- A) Ele mesmo notou que a violência é uma doença contagiosa.
 - B) O programa conseguiu mesmo diminuir os números da violência.
 - C) Mesmo preocupados, não conseguíamos entender as epidemias.
 - D) A desejada cura da violência virá do mesmo modo que a da cólera.
 - E) Se o programa diminuiu a violência em Chicago, faria o mesmo em Recife.
07. Na frase: “Contratamos interruptores da violência para atuar **igual** a agentes de saúde diante de casos iniciais de gripe aviária.” (linhas 13-14), a palavra **igual** exerce a função de:
- A) adjetivo.
 - B) advérbio.
 - C) conjunção.
 - D) preposição.
 - E) substantivo.
08. Na frase: “Há algumas semanas, fomos procurados por representantes das prefeituras de Recife e São Paulo,...” (linhas 21-22), o verbo **haver** é:
- A) de ligação.
 - B) impessoal.
 - C) intransitivo.
 - D) transitivo direto.
 - E) transitivo indireto.
09. Em: “... fomos procurados por representantes das prefeituras de Recife e São Paulo, interessados **em colocar em prática nosso programa**.” (linhas 21-22), a oração em destaque tem função de:
- A) objeto direto.
 - B) objeto indireto.
 - C) adjunto adnominal.
 - D) predicativo do sujeito.
 - E) complemento nominal.
10. Está de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, a frase da alternativa:
- A) No combate à violência, é preciso contar com formadores de opinião mais bem preparados.
 - B) Os interruptores da violência visitavam os líderes de gangues e davam-nos conselhos úteis.
 - C) O programa de interrupção da violência foi expandido à outras cidades dos Estados Unidos.
 - D) Os números da violência podem, com a colocação em prática do programa, baixarem no Brasil.
 - E) Fazem algumas semanas que representantes de prefeituras mostraram interesse pelo programa.

11. Qual dos itens abaixo deixou de ser Princípio Contábil e passou a ser aplicado como variação do custo histórico para mensuração dos componentes patrimoniais?
- A) Anualidade.
 - B) Continuidade.
 - C) Custo histórico.
 - D) Conservadorismo.
 - E) Atualização monetária.
12. A adoção dos Pronunciamentos Técnicos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) trouxe importantes mudanças no contexto da Contabilidade Brasileira. Neste contexto, é correto afirmar sobre o entendimento do termo “provisões”:
- A) É exemplo a conta “provisão para devedores duvidosos”.
 - B) Há registro contábil quando a obrigação possível ou presente, cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.
 - C) Obrigações presentes legais não formalizadas podem ser objeto de provisões, desde que sejam resultados de evento passado.
 - D) Há registro contábil quando a obrigação possível ou presente pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos.
 - E) É uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.
13. Um contador observou, em sua contabilidade, as seguintes cifras: Valor contábil bruto 100 U.M., Valor líquido de venda 80 U.M, Valor em uso 90 U.M, Depreciações acumuladas 5 U.M, Perda estimada em valor não recuperável 2 U.M. Sendo U.M (unidades monetárias). Considerando o que dispõe o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e a Lei 6.404/76 com suas alterações posteriores, é correto afirmar quanto ao Teste de Recuperabilidade:
- A) O valor recuperável é de 80 U.M.
 - B) O valor contábil líquido é de 95 U.M.
 - C) O valor contábil líquido é de 100 U.M.
 - D) A perda por dedução ao valor recuperável é de 2 U.M.
 - E) A perda por dedução ao valor recuperável é de 7 U.M.
14. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal é correto afirmar:
- A) Não são permitidas a reestimativa de receitas por parte do Legislativo.
 - B) Será incluída na dívida pública consolidada da União e dos Estados a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.
 - C) Quanto ao aumento da despesa, deverá o ordenador de despesa declarar que a mesma possui compatibilidade com a lei orçamentária anual.
 - D) O ente que deseje celebrar convênios, por exemplo, o Estado com um Município seu, deverá atentar se este, de forma cumulativa, instituiu, previu e arrecadou os impostos para ele previstos constitucionalmente.
 - E) A responsabilidade da gestão fiscal pressupõe o cumprimento de metas fiscais. Neste sentido, determina a LRF que ao final dos meses de abril, agosto e janeiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas de cada quadrimestre perante a comissão mista de orçamentos do Congresso Nacional, no caso da União, ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.
15. O percentual na esfera Federal autorizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para despesas com pessoal para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União, é na ordem de:
- A) 2%.
 - B) 2,5%.
 - C) 3%.
 - D) 3,4%.
 - E) 6%.

16. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é correto afirmar:
- A) É atribuída competência ao Ministério Público para fiscalizar o cumprimento da LRF.
 - B) Ao final de cada quadrimestre será emitido o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - C) Os títulos da dívida pública não poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos.
 - D) Aos Municípios são vedados contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação.
 - E) Não há permissivo legal no sentido de se aplicar receita de capital derivada da alienação de bens e direitos oriundos do patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.
17. A informação contida na alternativa é exclusiva para a União, devendo fazer parte de anexo à mensagem ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias a ser enviada pelo Poder Executivo Federal ao Poder Legislativo, para fins de análise, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):
- A) Objetivos da política creditícia.
 - B) Montante da dívida pública.
 - C) Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
 - D) Avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
 - E) Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos, se houver.
18. Sobre Restos a Pagar, assinale a alternativa correta.
- A) Distinguem-se entre empenhados e não empenhados.
 - B) Classificam-se como receita orçamentária, pela inscrição.
 - C) Referem-se a compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício anterior.
 - D) No tocante ao não pagamento no exercício seguinte implica no retorno à dotação de origem da importância anulada.
 - E) Para a sua inscrição, depende que as despesas que a eles se refiram, necessariamente, tenham sido previamente empenhadas.
19. O termo Dívida Ativa é sinônimo de:
- A) Créditos da Fazenda Pública.
 - B) Receita Extra-orçamentária.
 - C) Dívida Mobiliária.
 - D) Dívida Flutuante.
 - E) Dívida Fundada.
20. De acordo com o texto constitucional, o projeto a que se refere o item abaixo, será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. O item em questão se refere à seguinte alternativa:
- A) Leis Orçamentárias.
 - B) Plano plurianual - PPA.
 - C) Lei Orçamentária Anual - LOA.
 - D) Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
 - E) Planos e programas nacionais, regionais e setoriais.
21. Remete à despesa, segundo a Lei 4320/64:
- A) Custeio.
 - B) Alienações de bens.
 - C) Outras despesas correntes.
 - D) Pessoal e encargos sociais.
 - E) Juros e encargos da dívida.

22. O lançamento abaixo, necessariamente, foi realizado no seguinte subsistema:
- D – 7.3.2.1.x.xx.xx Inscrição de Créditos
 - C – 8.3.2.1.x.xx.xx Créditos a Inscrever em Dívida Ativa
- A) De Custo.
B) Financeiro.
C) De Compensação.
D) Informações Patrimoniais.
E) Informações Orçamentárias.
23. Diariamente o contador público, por força das suas atribuições, necessita manejar vários documentos do SIAFI. Neste sentido, é o documento que se presta ao registro do desdobramento do Plano Interno e do detalhamento da fonte de recursos:
- A) Nota de Empenho – NE.
B) Ordem Bancária – OB.
C) Nota de Dotação – ND.
D) Nota de Lançamento por evento – NL.
E) Nota de Movimentação de Crédito – NC.
24. Foi eleito à condição de Grupo na nova estrutura do plano de contas aplicado ao setor público:
- A) Ativo Circulante.
B) Ativo Financeiro.
C) Passivo Financeiro.
D) Passivo Permanente.
E) Passivo Compensado.
25. Sobre o Pregão, como modalidade de licitação, é correto afirmar:
- A) A fase de habilitação antecede a fase da proposta de preços.
B) O acolhimento do recurso importará a invalidação de todo o processo.
C) Adota-se como critério de julgamento, além do menor preço, a técnica e preço.
D) O pregoeiro será escolhido necessariamente entre os servidores do órgão realizador do evento.
E) Os Municípios devem utilizar os registros do SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) em substituição aos documentos de habilitação dos licitantes.
26. Sobre Regime Diferenciado das Contratações Públicas (RDC), assinale a alternativa correta.
- A) Assim como na lei de licitações, a indicação de marcas permaneceu vetada.
B) As licitações deverão ser realizadas sob a forma eletrônica, admitida a presencial.
C) As universidades poderão utilizá-lo caso desejem construir uma determinada edificação sua.
D) Impõe o seu uso de forma obrigatória por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios, além da União.
E) A fase recursal ocorre em duas etapas distintas: após a fase de aferição dos preços e após a habilitação das licitantes.
27. Determinado cidadão tomou ciência, mediante jornal local, que a Universidade Federal localizada em seu Estado estava sendo alvo de diversas irregularidades. Com era amplo conhecedor de procedimentos contábeis e de execução orçamentária e financeira pública decidiu solicitar rol de documentos que enumerou. Para sua surpresa, o pedido foi indeferido nos seguintes moldes: “Indefiro”. Não contente com a negativa, resolveu utilizar a Lei de Acesso à informação Pública (Lei nº 12.527/2011) e fazer valer os seus direitos. Novamente o pleito não foi atendido com o seguinte despacho: “Indefiro”. Entretanto, face a esta decisão decidiu entrar com recurso, alegando infringência à referida lei. A peça deverá ser dirigida:
- A) Ao Reitor da Instituição.
B) Ao ordenador de despesa da instituição.
C) Aos denunciados contidos na matéria jornalística.
D) À autoridade que negou o pedido de acesso à informação.
E) À autoridade hierarquicamente superior que exarou a decisão impugnada.

28. De acordo com o texto constitucional, é correto afirmar em relação ao Sistema de Controle Externo Estadual Brasileiro:
- A) Ficará a cargo da Assembleia Legislativa Estadual.
 - B) É de responsabilidade do Congresso Nacional.
 - C) É atribuição do Tribunal de Contas da União.
 - D) Compete ao Tribunal de Contas Estadual.
 - E) É de competência do Senado Federal.
29. O ato de sustação de contrato da Administração não é considerado algo corriqueiro, eis que o próprio Texto Constitucional delega de forma quase que exclusiva, no âmbito Federal, ao Congresso Nacional tal competência. Em tais casos, quando o faça no prazo indicado no Texto Maior, determina o legislador constitucional que solicitasse, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Concluiu o legislador: Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo especificado na Constituição, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito. Com base no texto apresentado é possível concluir em relação ao Sistema de Controle Externo Federal:
- A) A CGU tem competência para sustar contratos celebrados pela UFC.
 - B) O TCU tem competência para sustar contratos celebrados pelo TRT-CE.
 - C) O TCU não pode determinar que a UFC, por exemplo, suste a execução do contrato.
 - D) O Poder Executivo Federal é competente para sustar contratos celebrados pelo TRE-CE.
 - E) O Congresso Nacional não é competente para sustar contratos celebrados pela Justiça Federal do Ceará.
30. Segundo o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do controle de constitucionalidade por parte dos tribunais de contas:
- A) A apreciação da constitucionalidade das leis é de competência exclusiva do STF e não é extensiva ao Tribunal de Contas da União (TCU).
 - B) O Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício de suas atribuições, tem competência para apreciar a constitucionalidade dos atos do poder público, mas não das leis.
 - C) O Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício de suas atribuições, tem competência para apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
 - D) O Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício de suas atribuições, tem competência para apreciar a constitucionalidade das leis, mas não dos atos do poder público.
 - E) O Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício de suas atribuições, tem competência para apreciar a constitucionalidade somente dos atos do poder público, devendo submetê-los logo após ao exame do STF por força do duplo grau de jurisdição.
31. Atualmente, o registro da despesa pública sofreu importante transformação com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, é correto afirmar:
- A) Adotou-se, à semelhança da receita pública, o princípio de caixa para algumas operações.
 - B) Revogou-se o entendimento de que a despesa pública deveria ser registrada com base no princípio da competência.
 - C) Não mais se emprega o entendimento de que o reconhecimento da despesa pública, junto ao subsistema de informações orçamentárias, ocorre pela emissão do empenho.
 - D) A despesa sob o enfoque patrimonial ocorre quando o fato administrativo provoca decréscimo do valor no patrimônio líquido, excluídos os que sejam provenientes de distribuição de riqueza aos proprietários da entidade.
 - E) O princípio da competência possui os mesmos efeitos sobre a equação patrimonial, independentemente do subsistema contábil utilizado, como é caso, quando se realiza um empenho (subsistema de informações orçamentárias) e se registra o ingresso dos bens (subsistema de informações patrimoniais).
32. De acordo com a Lei nº 4320/64, empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente, ou não, de implemento de condição. Necessariamente, o empenho será emanado do seguinte agente:
- A) Contador.
 - B) Ordenador de despesa.
 - C) Responsável pelo setor financeiro.
 - D) Autoridade máxima do órgão/entidade.
 - E) Responsável pela elaboração a prestação de contas.

33. É correto afirmar com relação às receitas extra-orçamentárias:
- São consideradas como receitas efetivas.
 - Não podem passar de um exercício a outro.
 - São exemplos: depósitos, cauções, obtenção de empréstimos.
 - O ente público não poderá utilizá-las no seu dia a dia, vez que se encontram na condição de mero depositário.
 - Não há necessidade de os saldos recebidos coincidirem com os constantes da rubrica despesas extra-orçamentárias no mesmo exercício financeiro.
34. O plano de contas se utiliza de subsistemas, sendo a Natureza da Informação determinante na lógica do registro contábil, e, inclusive, os lançamentos reconhecimentos em termos de codificação. Assim, é possível reconhecer um determinado registro tão somente através da sua “classe”. Neste sentido representa classe de informação Orçamentária:
- 8.2.1.1.1.xx.xx.
 - 4.1.x.x.x.xx.xx.
 - 3.1.1.x.x.xx.xx.
 - 7.2.1.1.x.xx.xx.
 - 6.2.1.1.x.xx.xx.

35. DEMONSTRAÇÃO XXX

Exercício: Período Mês Data de emissão

Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
1. Receita dos serviços prestados e dos bens ou dos produtos fornecidos		
2. (-) Custos diretos identificados com a execução da ação pública		
3. Margem Bruta		
4. (-) Custos Indiretos identificados com a execução da ação pública		
5. Resultado apurado		

Sobre a demonstração acima é correto afirmar:

- É de elaboração obrigatória.
 - Tem como premissa o subsistema de custos e orçamentário.
 - Ajuda a evidenciar o resultado econômico e financeiro das ações do setor público.
 - A base da elaboração da demonstração consiste na arrecadação direta das suas receitas.
 - De forma expressa, a Lei nº 4320/64 já previa a necessidade de um controle de custos, portanto, poderia ser instituída, caso assim desejasse o legislador.
36. A estrutura do Balanço Patrimonial com base na Lei nº 4320/64 se compunha dos seguintes grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente, saldo patrimonial e contas de compensação. Ocorre que houve alteração sensível do balanço patrimonial com a adoção pelo País das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, o que implicou em alteração da estrutura deste demonstrativo. Sobre os grupos acima enumerados em relação à atual estrutura é correto afirmar:
- Não mais estão presentes no balanço patrimonial.
 - Constam integralmente da nova estrutura, embora redistribuídos.
 - São considerados facultativos e podem ser apresentados nas Notas Explicativas.
 - Somente teve migrado para o atual modelo os grupos ativo e passivo financeiro e permanente.
 - Constam como anexo à estrutura do balanço patrimonial, vez que a Lei nº 4320/64 não foi alterada, portanto permanece em plena vigência.
37. Na atual estrutura do Balanço Orçamentário, pode-se perceber informação inerente a este demonstrativo e que não está presente na estrutura contida na Lei nº 4320/64 (Anexo 12):
- Volume de recursos gastos na execução da despesa.
 - Volume de recursos previstos para prover os gastos públicos.
 - Montante de recursos destinados a despesas imprevistas.
 - Montante de recursos oriundos da atividade privada do Estado.
 - Quantidade de recursos oriundos do processo arrecadatário do agente fazendário.

38. Determinado Estado da Federação, utilizando-se do Regime de Contratações Diferenciada (RDC), contratou a construção de obra de infraestrutura com parcela a ser entregue antes da Copa FIFA 2014 e parte a ser entregue após este evento, como definido em projeto aprovado pela Secretaria de Infraestrutura do Estado. O projeto estava relacionado à Copa 2014 e os recursos eram oriundos de convênio com o Ministério dos Esportes. Considerando que o Estado estava regularmente autorizado a contratar utilizando o RDC, encontra-se de acordo com o atual entendimento do Tribunal de Contas da União, a opção:
- A) A aplicação do RDC deve ser considerada regular.
 - B) A adoção do RDC para todo o empreendimento deve ser considerado irregular.
 - C) No caso em questão, a adoção da lei de licitações precede à aplicação do RDC, como definido na lei.
 - D) O TCU entende que, caso o parcelamento da obra seja inviável ou antieconômico, o RDC poderá ser utilizado para a contratação de todo o objeto.
 - E) O RDC pode ser utilizado facultativamente para a 1ª.parcela e dispensado para a segunda parcela, tendo em vista que há parcela cuja utilização se dará após o evento.
39. No final do exercício financeiro, com a inscrição do empenho em restos a pagar, o recurso é “reservado” para que se possa pagar a despesa no próximo ano. Com a inscrição dos empenhos em restos a pagar ocorrerá a despesa orçamentária e seu pagamento, no exercício seguinte, será uma despesa extraorçamentária, para fins de registro pela Contabilidade Pública. Nas situações em que não existam recursos “reservados” do respectivo exercício financeiro (passado) para o pagamento dessa despesa, o Estado somente conseguirá admitir sua obrigação de pagamento através do orçamento atual, por meio da seguinte rubrica:
- A) Créditos Especiais.
 - B) Empenho por estimativa.
 - C) Reserva de Contingência.
 - D) Despesas de Exercícios Anteriores.
 - E) Estará impedido de efetuar o pagamento.
40. É competente para excetuar a aplicação da chamada Regra de Ouro:
- A) O Senado Federal.
 - B) O Poder Legislativo.
 - C) A Câmara dos Deputados.
 - D) O Presidente da República.
 - E) A Comissão Mista de Orçamento, Planos e Orçamento.
41. A dívida flutuante não é pontualmente definida na Lei nº 4320/64. Por outro lado, percebe-se que o rol nela elencado não é taxativo, daí porque a literatura e a legislação correlata lhe atribuem outros itens. Neste sentido, não compõe o rol enumerado na Lei nº 4320/64 a seguinte alternativa:
- A) Depósitos.
 - B) Restos a pagar.
 - C) Débitos de tesouraria.
 - D) Operações de crédito por antecipação de receita.
 - E) Serviços da dívida a pagar constante de item próprio, excluídos dos restos a pagar.
42. O contador público, caso assim autorizado por ordenador de despesa em determinadas situações, poderá presidir processo de tomada de contas especial. Entretanto, de acordo com o TCU, referido processo poderá ser dispensado de instauração caso o valor do débito monetariamente atualizado (Instrução TCU 71/2012) seja inferior ao seguinte valor:
- A) R\$ 70.000,00
 - B) R\$ 75.000,00
 - C) R\$ 95.000,00
 - D) R\$ 80.000,00
 - E) R\$ 100.000,00
43. Dada a importância da Receita Corrente Líquida, como importante indicador de desempenho da arrecadação do ente público, ela é utilizada como parâmetro para reconhecimento da (o):
- A) Dívida flutuante, somente.
 - B) Dívida mobiliária e flutuante.
 - C) Dívida consolidada, somente.
 - D) Dívida consolidada e mobiliária.
 - E) Dívida consolidada e flutuante.

44. As Despesas de Exercícios Anteriores é exceção ao seguinte princípio contábil:
- A) Anualidade.
 - B) Competência.
 - C) Especificação.
 - D) Universalidade.
 - E) Conservadorismo.
45. O principal produto do Sistema Integrado de Dados Orçamentários – Sidor, do Governo Federal, é o projeto do(a)s:
- A) Plano plurianual.
 - B) Leis Orçamentárias.
 - C) Lei Orçamentária Anual.
 - D) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - E) Planos e programas nacionais, regionais e setoriais.
46. Segundo a NBC T 16.6, é a demonstração que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública:
- A) Demonstração da Variação do Patrimônio Líquido.
 - B) Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - C) Demonstração do Resultado Econômico.
 - D) Balanço Orçamentário.
 - E) Balanço Patrimonial.
47. Segundo as regras vigentes com relação à Reserva de Contingência:
- A) Consta do balanço orçamentário.
 - B) Tem como base de cálculo a receita orçamentária.
 - C) Não se permite sua utilização para a abertura de créditos adicionais.
 - D) O instrumento de planejamento que estabelece o percentual para cálculo é o anexo de metas fiscais.
 - E) Destina-se, exclusivamente, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para o pagamento de riscos e eventos fiscais imprevistos e passivos.
48. Representa Reserva de Capital:
- A) Ações em tesouraria.
 - B) Prejuízos acumulados.
 - C) Ajustes de avaliação patrimonial.
 - D) Alienação de Bônus de subscrição.
 - E) Adiantamento para aumento de capital.
49. O reconhecimento da receita orçamentária arrecadada com alienação de bens no subsistema de informações orçamentárias deve ser feita:
- A) A débito de Receita a Realizar.
 - B) A débito de Receita Realizada.
 - C) A crédito de Imobilizado/Bens móveis/veículos.
 - D) A crédito de Disponibilidade por Destinação de Recursos.
 - E) A débito de Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional.
50. Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos na Demonstração das Variações Patrimoniais do setor público são reconhecidos como:
- A) Variação patrimonial qualitativa diminutiva.
 - B) Variação patrimonial quantitativa diminutiva.
 - C) Variação patrimonial qualitativa aumentativa.
 - D) Variação patrimonial quantitativa aumentativa.
 - E) Não possui previsão legal na atual estrutura contábil para ser registrada.